

Ata da Reunião do Conselho

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Ocorrida ao primeiro dia de junho de dois mil e cinco, às 13:30h em primeira convocação, e as 14:00h em segunda convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, à Rua Pedro Ivo, número 750, 5º andar, nesta Capital. Estiveram presentes os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Flávio José Carraro (Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior - SETI); Isabel Cristina Reis (Secretaria de Estado da Educação - SEED); Celeste Maria de Oliveira Ribeyre (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL); Maria Leonor Zanella (SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (SETP); Maria Iolanda de Oliveira (SETP).

Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Antonio José Portes Júnior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Denize Diniz (CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Dois Vizinhos); Valter Pedro Zancanaro (Associação Brasileira de Educação e Cultura ABEC – Ponta Grossa); Terezinha de Fátima Inocente Bitencourt (Apae Bela Vista do Paraíso); Moisés Araújo Coelho (Associação Deficiente Físicos de Cornélio Procópio - ADECOP); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (CRESS - Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (APAE de Paranavaí); Jovelina Morteau Borghi (Associação dos Fissurados Lábio Palatal – AFIM de Maringá); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand). A Presidente, Terezinha de Fátima Inocente Bitencourt, saudou e deu as boas vindas a todos.

1. Aprovação da pauta;

Em seguida submeteu a pauta para a aprovação da plenária. A pauta foi APROVADA da seguinte forma: 1. Aprovação da Pauta; 2. Aprovação da Ata de Reunião de Maio/2005; 3. Apresentação das Comissões Temáticas; 4. Informes Secretaria Executiva dos Conselhos; 5. Informes Gerais. 6. Deliberação CEAS para Edital e Regulamento da VI Conferência Estadual de Assistência Social; 7. Encerramento.

2. Aprovação da Ata de Reunião de Fev/05;

Após, a apresentação da ata, a mesma não foi aprovada tendo em vista que os conselheiros solicitaram que a redação fosse refeita com maior clareza, bem como as devidas complementações apontadas pelos mesmos. Será novamente submetida para apreciação na plenária de julho.

3. Apresentação das Comissões Temáticas;

Antes de proceder com a apresentação dos relatórios, a Presidente propôs à plenária para que fossem objetivos em suas apresentações tendo em vista que a Comissão Organizadora da VI Conferência precisará ter um tempo maior para a sua exposição. A primeira Comissão a apresentar o relatório foi a Comissão de Gerenciamento do Fundo (anexo I), tendo como relator o conselheiro José Cícero. O mesmo informou que a Comissão delegou à Secretaria Executiva dos Conselhos a função de elaborar uma minuta de deliberação referente aos recursos da Copel aos Municípios, para aquisição de equipamentos, para aqueles sem infra-estrutura de informática ou que compartilham com o Órgão Gestor. Após, a conselheira Elyane informou que, juntamente com a secretária executiva dos conselhos, no horário do almoço já haviam elaborado parcialmente a minuta. Na seqüência, a referida minuta foi apresentada à plenária pela secretária geral dos conselhos, Sra. Maria Lúcia Massuchetto. A secretária geral, informou que, primeiramente, esta deliberação deve ser aprovada, contendo anexos que orientarão a Prefeitura quanto a questão documental. Após, a explanação da mesma a conselheira Jovelina informou que na Comissão de Gerenciamento do Fundo, constataram que nem todos os Municípios responderam ao questionário enviado pelo CEAS, posicionando sobre a estrutura de informática disponível e indagou se todos os Municípios receberam o questionário. Assim, a mesma sugeriu que os conselheiros façam essa verificação em suas regionais, tendo em vista que o Município não pode ser prejudicado por uma falha da regional. Na seqüência, o conselheiro José Cícero sugeriu que o recurso fosse depositado via Fundo ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. A conselheira Celeste sugeriu que o Conselho estipulasse uma data para que os Municípios, após o recebimento do equipamento, encaminhassem relatório de atingimento do objetivo. A Presidente sugeriu que o CMAS encaminhe ao CEAS uma ata constando que o CMAS recebeu o equipamento e que está instalado. A conselheira Jovelina sugeriu que se viabilizasse o mais rápido possível o processo, tendo em vista que a verba está disponível desde o ano passado no CEAS e,

depois que a verba chegar ao Município, caberá aos conselheiros não governamentais fazer a fiscalização e a cobrança em sua regional para a compra dos equipamentos. A conselheira Jucimeri sugeriu que, em paralelo, o Escritório Regional faça visitas técnicas e encaminhe os relatórios à Comissão de Gerenciamento do Fundo do CEAS. A Presidente sugeriu também que o Conselho encaminhe um ofício aos CMAS informando que será depositado verba na Prefeitura para compra de equipamentos de informática aos CMAS. Em relação ao segundo ponto do relatório, o conselheiro José Cícero informou que o Projeto de Lei Municipal/Fundo de Erradicação da Pobreza está com a Assessoria Jurídica AJ/SETP e que a conselheira Jucimeri entrará em contato com o jurídico para buscar subsídios para elaboração e/ou complementação do Projeto de Lei. Passando para o próximo ponto de pauta, o conselheiro José Cícero relatou que o Grupo Financeiro Setorial – GFS/SETP informou que há recurso disponível do Serviço de Loteria do Estado do Paraná – SERLOPAR, que deve ter definição do segmento que poderá ser contemplado com o montante. A Comissão sugeriu que esse recurso fosse vinculado aos recursos da Copel para complementar a compra dos equipamentos de informática. A Presidente sugeriu que os recursos da SERLOPAR fossem inclusos para a compra dos computadores, tendo em vista que os recursos da COPEL seriam insuficientes. A conselheira Jovelina sugeriu que os conselheiros verificassem junto aos Escritórios Regionais da SETP, se as informações foram repassadas aos CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social. Após as contribuições da plenária foi APROVADO POR UNANIMIDADE que os recursos da COPEL e da SERLOPAR serão usados para o mesmo fim (compra de equipamento de informática para os CMAS). APROVOU-SE também que serão contemplados primeiramente os CMAS que não possuem computador e se sobrar recursos contemplarão também os CMAS que usam equipamentos compartilhados. Após, se estabeleceu que os conselheiros tem até o dia 15 (quinze) de junho do presente ano para entrar em contato com os Escritórios Regionais que ainda não encaminharam a listagem de seus Municípios. Dando continuidade à pauta, o conselheiro Manoel apresentou o relatório da Comissão de Documentação e Cadastro, (anexo II). O mesmo informou que a Comissão sugeriu que fosse enviado Ofício Circular para órgãos, Gestores, CMAS, Fóruns Regionais, orientando que as Entidades de Assistência Social de Âmbito Estadual, de acordo com as Resoluções 16, 17 e 18 do CEAS), devem solicitar o Certificado de Registro no CEAS, sendo o pré-requisito o seu cadastro de Entidade

Social, junto à SETP. Quanto ao glossário de siglas da Assistência Social, a Comissão informou que encaminhará suas considerações posteriormente. Na seqüência, a conselheira Dulcilene relatou os assuntos tratados na Comissão de Políticas Sociais Básicas, (anexo III). A conselheira Lenir informou para registro, que a CGM - Coordenadoria de Gestão Municipal recebeu as contribuições do Município de Curitiba, via Escritório Regional de Curitiba e, repassará à CDI para incorporação ao documento final; Quanto ao item dois, (Instrumento para Implantação dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, elaborado pela Técnica da SETP, Sra. Samira, a Comissão aprovou o documento, tendo em vista, que o mesmo já havia sido disponibilizado para apreciação de todos, na reunião passada. Em relação ao processo de Cumprimento de Objeto, a conselheira informou que a conselheira Lenir apresentou o levantamento do cumprimento dos objetos, uma vez que o Governo Federal solicitou a devolução dos recursos restantes pela não utilização. A conselheira Dulcilene informou também que foi exposto na Comissão que, ao levantar os registros, constatou-se que o projeto foi realizado parcialmente, porém foi aprovado pela Comissão que submeteu para a aprovação da plenária. A conselheira Leonor complementou que o projeto previa reproduzir e distribuir aos CMAS fitas, cartilhas e vídeos vindos do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) destinados à implantação do Programa Debate em Família nos Estados Brasileiros e, como foi devolvido parte do recurso por estar no término da gestão de 2002, não foi possível cumprir a meta estabelecida. Após apresentação à plenária, o Relatório de Cumprimento de Objeto foi APROVADO, (anexo IV), porém os conselheiros fizeram questão de registrar a discordância em devolver o recurso por não ter sido utilizado. Em relação ao Relatório de Gestão, a conselheira Dulcilene informou que foi estabelecido a data final (10 de junho) para repasse de considerações por e-mail ou via fax para a técnica Larissa Marsolik (setp_cdi@pr.gov.br/3883-2622). Enquanto isso, tendo em vista que o MDS informou que a data limite para entrega do relatório expirou em trinta de maio, a técnica Larissa encaminhará um ofício ao MDS informando que o Relatório de Gestão chegará, esclarecendo o motivo. Ainda, em relação ao Relatório de Gestão, a conselheira Jucimeri informou que o mesmo tem que espelhar os avanços e as dificuldades que o CEAS está tendo nesta gestão da política e compartilhada e, por isso, o atraso da resposta. Citou ainda, que o relatório tem que contemplar também os desafios que

o Conselho ainda tem no âmbito da política, não esquecendo de expor sobre a função programática. A mesma informou que as considerações encaminhadas ao Tribunal de Contas, justamente por causa das dificuldades, devem ser incorporadas no Relatório, tendo em vista que a construção tem que ser coletiva. O conselheiro José Cícero sugeriu que a Comissão de Gerenciamento do Fundo analisasse o referido relatório pois o mesmo se mostra confuso. A conselheira Jovelina disse que a SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social teve o prazo de janeiro à junho para a elaboração do relatório e os conselheiros, somente dez dias para analisá-lo e sugeriu que o Conselho tenha um olhar mais crítico para o relatório e, segundo a conselheira o Conselho necessitaria de um tempo maior para analisar o relatório. A conselheira Jucimeri disse que o Conselho não é obrigado a aprovar o Relatório de Gestão. A mesma disse também que o referido relatório será publicado e deverá ser apresentado ao Conselho pelas áreas envolvidas. A Presidente sugeriu que o Relatório de Gestão seja submetido para aprovação na plenária de julho com as considerações apresentadas. Na seqüência, a conselheira Jovelina apresentou as considerações da Comissão de Gerenciamento do Fundo, sendo: em relação à capacitação dos professores das Universidades, a Comissão diz ter entendido que, com relação ao Programa do SÍPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência), está dentro da área da Assistência Social, mas, isso não está documentado e que o Conselho entendeu que seriam os professores que dariam a capacitação para a operacionalização do Programa, tendo em vista que os mesmos estavam aptos para tanto e, no entanto, segundo a conselheira, não foi o acontecido. Tendo em vista que as assistentes sociais dos Municípios foram as que fizeram a capacitação dos professores e, de acordo com a mesma, o Conselho não poderia estar aprovando falhas desse nível. Outra colocação é de que algumas metas propostas não foram alcançadas em virtude dos Escritórios Regionais da SETP não conseguirem operacionalizar. De acordo com a conselheira, uma situação dessa é inadmissível e que o Relatório de Gestão deve ser revisto, até mesmo pelos seus elaboradores, para que não exista críticas infundadas. A conselheira Jucimeri expôs que o Relatório será revisto. Na seqüência, em relação ao item dois (Instrumento para Implantação dos CRAS) a Presidente sugeriu que o mesmo seja em forma de Resolução e não de Deliberação, para aprovação na próxima reunião. A sugestão da Presidente foi acatada. Dando

seguimento à reunião, passou-se para a apresentação do informe da Subcomissão para Análise do Processo do CMAS de Matinhos. O conselheiro Valter foi quem apresentou. O mesmo informou que juntamente com a conselheira Lenir, estiveram em reunião com a Assessoria Jurídica – AJ/SETP e, informou que foi encaminhado um ofício ao NUCLEAS solicitando o Relatório de Cumprimento de Objetivos da Aplicação dos recursos do SAC – Serviços de Ação Continuada, PAC – Programa de Atenção a Criança, API – Apoio à Pessoa Idosa, referente aos anos de 2002, 2003 e 2004. O mesmo informou também que foi solicitado cópias das atas do CMAS (já estão em poder da Subcomissão) e, foi detectado o agendamento de várias reuniões que não obtiveram quorum e simplesmente foram canceladas. O conselheiro Valter complementou que a conselheira Lenir tentará agendar uma reunião com os conselheiros Municipais, para que haja uma reunião conjunta do CEAS e do CMAS de Matinhos, tendo em vista que eles citam no ofício alguns itens que não são de competência do CEAS. Finalizando a sua apresentação, o conselheiro Valter informou que na reunião de julho a Comissão apresentará o relatório final do CMAS de Matinhos. Logo após, passou-se para a Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização (anexo V). A mesma informou que a Comissão teve algumas dificuldades, tendo em vista que alguns itens estavam na pauta da Comissão para serem discutidos, porém, não haviam subsídios. Em relação ao Projeto de Capacitação, a Comissão sugeriu que as informações contidas no material fossem enviadas aos conselheiros; Sobre o jornal do Conselho a Comissão informou que apresentará um texto (redação) na reunião de julho; Quanto a situação do Lixão de Imbocuí em Paranaguá a Comissão elaborou uma minuta de redação que deverá ser encaminhada para: SETP, Prefeitura de Paranaguá, Secretaria do Meio Ambiente, Assembléia Legislativa – Presidência, Conselhos Municipais – CMDCA e CMAS (do Município), Câmara dos Vereadores Municipal, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Secretaria da Saúde Estadual e Municipal, Conselho da Saúde Estadual e Municipal. A conselheira Angela informou ainda que o Ministério Público está isolando o local e construindo uma guarita para proibir a entrada de pessoas e animais. A conselheira Isabel, representante da SEED – Secretaria de Estado da Educação, informou que a Secretaria está bastante envolvida com o caso, e já estão estudando como será feita a retirada das crianças do lixão através de contra turno escolar. Segundo a informação da mesma, fizeram ainda acordo com a Empresa SADIA para parceria do espaço físico, além de

outras considerações que poderão ser esclarecidas após o recebimento do Ofício pela SEED. A conselheira Elyane sugeriu que o CEAS verificasse junto ao CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para verificar quais seriam as ações que estão sendo tomadas à respeito desse assunto. A secretária geral dos conselhos, Sra. Maria Lúcia Massuchetto, lembrou que na reunião do Conselho, em maio, já havia sido cogitada essa proposta, porém ficou definido que, independente de manifestações de outros Conselhos, o CEAS também encaminharia o ofício, expressando contundência nas cobranças para o caso. Na seqüência, a conselheira Jucimeri informou que as estagiárias da CGM - Coordenadoria de Gestão Municipal, elaboraram uma minuta do material de apoio, intitulado Instrumento de Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social (minuta anexa VI). Todos os conselheiros receberam cópias do material para análise e posterior considerações/contribuições de melhorias, para serem entregues na próxima reunião do Conselho.

4. Informes Secretaria Executiva;

Dando prosseguimento, a secretária geral dos Conselhos, Maria Lúcia Massuchetto, procedeu com a leitura dos encaminhamentos realizados pela Secretaria Executiva, atendendo as demandas da reunião do Conselho no mês de maio. Após, a secretária geral procedeu com a apresentação das documentações recebidas, sendo elas: Indicação oficial do Sr. Antônio José Portes Júnior como representante do Centro Espírita Manoel Figueira Netto, das regional de União da Vitória; e-mail encaminhado pela conselheira Elza divulgando as Conferências Regionais do Trabalho e justificando a sua ausência na reunião do Conselho; justificativa de ausência do conselheiro Antônio José Portes Júnior, na reunião de maio, tendo em vista que o Escritório Regional não o repassou a convocação; justificativa de ausência da conselheira Elyane (SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral), porém a mesma compareceu na reunião; justificativa de ausência da conselheira Maria Joseane (PGE – Procuradoria Geral do Estado); justificativa da conselheira Denise Colin (SETP), a mesma está no evento sobre a NOB - Norma Operacional Básica em Salvador; justificativa da conselheira Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (ACODETI), porém indicou o conselheiro suplente Moisés Araújo Coelho; justificativa de ausência das conselheira titular (Cristiane Mara Hasenhauer) e suplente (Rosana Saad Weinhardt) da COHAPAR – Secretaria da Política Habitacional. Finalizando a sua apresentação a Sra. Maria Lúcia informou que foi recebida do MDS,

solicitação de indicação de três representantes do Conselho (01 sociedade civil, 01 governamental e 01 representante dos usuários) para participar da capacitação para o processo das Conferências de Assistência Social, que ocorrerá nos dias dezesseis e dezessete de junho, sendo que as despesas serão custeadas pelo MDS.

Preferencialmente, que façam parte da Comissão Organizadora da VI Conferência. Os conselheiros indicados foram: o conselheiro José Cícero como representante dos usuários; conselheira Maria Iolanda como governamental. A escolha da representante da Sociedade Civil foi por meio de sorteio entre as conselheiras Juliana, Maria Aparecida e Terezinha, sendo sorteada a conselheira Terezinha. Em seguida, a conselheira Angela sugeriu que a primeira Capacitação dos conselheiros para Organização das Conferências fosse transferida para os dias 22, 23 e 24 de junho, tendo em vista que os conselheiros estarão na Capacitação em Brasília e seria importante que eles também participassem da Capacitação Estadual, visto que serão multiplicadores em suas regionais. A sugestão da conselheira foi Aprovada.

5. Informes Gerais;

A presidente submeteu os seguintes pontos para Deliberação da plenária: Encaminhamento de cópias de todas as documentações elaboradas pela Secretaria Executiva dos Conselhos aos conselheiros; Que as datas definidas para as reuniões do Conselho só poderão ser alteradas durante as reuniões plenárias; São documentos obrigatórios para a inscrição dos candidatos ao processo de eleição de conselheiro para o CEAS, assim como para substituição de conselheiro ou Entidade: 1 - ofício de encaminhamento da entidade, indicando seu representante; 2 - cópia da carteira de identidade e cartão de identificação do contribuinte (CPF) do candidato; 3 - Estatuto da entidade, devidamente registrada em cartório; 4 - Ata de eleição da atual diretoria, registrada em cartório; 5 - Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade durante os anos 2004/2005 em que constará a clientela, sua caracterização e finalidade. Após a apresentação, as deliberações foram APROVADAS. Em seguida, a presidente informou que esteve presente na Plenária do Conselho Municipal da Saúde. Segundo a mesma, a reação foi surpreendente. O Conselho da Saúde externou grande satisfação com a Presença do CEAS, sendo que a consideração e respeito ao CEAS foi visivelmente posicionado. O Conselheiro José Cícero fez um comentário em relação a regional de Curitiba (que encontra-se sem representante no Conselho, há dois mandatos). O mesmo

disse que deveria ser tomada alguma medida em relação ao caso, formalizando a intenção de participação efetiva no Conselho. A presidente sugeriu que aguardasse a resposta da Regional de Curitiba para voltar esse assunto à plenária.

6. Deliberação CEAS para Edital e Regulamento da VI Conferência Estadual de Assistência Social;

A conselheira Iolanda informou que a Comissão não elaborou relatório tendo em vista que trabalharam no Regulamento da VI Conferência Estadual de Assistência Social e que assim mesmo não conseguiram finalizar, porém, há pontos que precisam ser decididos para que possam ser efetuadas as devidas orientações aos Municípios. A base é o Regulamento da V Conferência. Após leitura do Regulamento da VI Conferência, o mesmo foi APROVADO parcialmente. Após as contribuições dos Conselheiros, aprovou-se que a data para realização da Conferência Estadual será no período de 03 a 05 de outubro em local à ser definido, tendo em vista que os conselheiros escolheram o Centro de Convenções, porém não se sabe se estará disponível. Na oportunidade, APROVOU-SE a elaboração Edital de Convocação da VI Conferência. Na seqüência foi solicitado que os conselheiros indicassem critérios para distribuição de vagas para os Municípios e solicitou nomes de Conferencistas. Após, deliberou-se também que no dia 15 de junho acontecerá reunião da Comissão Organizadora da VI Conferência, nas dependências da SETP, 2º andar, às 9 horas. Encerrando, a conselheira Jucimeri sugeriu que na próxima reunião seja feita uma análise dos Encontros Regionais e Estaduais da NOB (Norma Operacional Básica).

7. Encerramento;

A Presidente Terezinha encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença. A presente ata foi digitada por Marli Ferreira Ramos, auxiliar da Secretaria Executiva dos Conselhos/SETP, lavrada por mim, Maria Lúcia Massuchetto, Secretária Geral dos Conselhos e, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pelos conselheiros presentes nesta reunião.

Anexo I

COMISSÃO/CÂMARA: GERENCIAMENTO DO FUNDO

DATA: 01/06/05

PRESENTES:

ENTIDADE NOME ASS.

Escola Comunitária do Trabalho José Cícero dos Santos

AFIM Jovelina M. Borghi
SEPL Elyane Neme Alves
IASP Vera Lúcia Raggiotto
APAE Terezinha de F. I. Bittencourt
Nucleas/ SETP Sandra Marise Fiuza

RELATÓRIO:

1 – A comissão iniciou seus trabalhos com o objetivo de ler a minuta referente ao Termo de Convênio de Repasse de Recursos da COPEL (Aquisição de Computadores) – item 05 da pauta.

Tendo em vista um mal entendido na elaboração da minuta do Convênio, discutimos com a Secretaria Executiva sobre o teor que deverá constar na minuta.

Assim, a Secretaria Executiva ficou de elaborar uma minuta com os itens solicitados e passará para uma deliberação do Conselho, com os seguintes itens:

- Valor existente a ser repassado;
- Nome dos municípios que não tem computador;
- Documentos necessários para o Convênio;
- Prazos de encaminhamento dos documentos para o Conselho;
- Setor da SETP que ficará responsável pelo acompanhamento do projeto a ser aprovado na próxima reunião do Conselho.

A comissão elegeu dois representantes, um governamental e um da sociedade-civil (Sandra Rodrigues Fiuza e José Cícero dos Santos), para acompanharem junto a Secretaria Executiva os trabalhos e tirar dúvidas sobre os assuntos tratados e os devidos encaminhamentos.

2 – Projeto de Lei Municipal / Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Ficou definido na reunião do dia 09/05/2005 que a Assessoria Jurídica fizesse a reformulação e adaptação para o Estado do Paraná. No entanto a Assessoria Jurídica não efetivou o trabalho por falta das informações necessárias.

3 – Execução Financeira do CEAS.

Foi informado pelo Setor Financeiro que existe recurso remanescente da Serlopar no valor de +- R\$ 173.000,00 mil reais, para defini&cced